

URGÊNCIA DA PRESERVAÇÃO: RESGATANDO E VALORIZANDO A HISTÓRIA DE SÃO VICENTE DO SUL

URGENCY OF PRESERVATION: RESCUING AND VALUING THE HISTORY OF SÃO VICENTE DO SUL

Recebido em: 23/10/2025

Aceito em: 17/04/2026

Publicado em: 17/05/2026

Gislaine Hartmann Carvalho¹ 

Universidade Federal de Santa Maria

Resumo: Este artigo aborda a importância crítica de preservar a história de São Vicente do Sul, especialmente diante da aproximação de seu 150º aniversário. A história da cidade está em risco de se perder devido à falta de registros e à ausência de uma estrutura adequada para sua guarda. Para reverter essa situação, a criação de um arquivo municipal é fundamental. Esse espaço não apenas organizaria e conservaria os documentos, fotos e outros materiais históricos, mas também serviria de base para pesquisas e publicações. A negligência com esses registros compromete a memória coletiva e o senso de identidade da comunidade. Além da questão material, é essencial desenvolver a educação patrimonial. Conscientizar a população, desde as escolas, sobre o valor de sua herança cultural cria um sentimento de pertencimento e responsabilidade. Esse cuidado com a história local é o primeiro passo para garantir sua preservação a longo prazo. Por fim, o artigo propõe um projeto ambicioso para celebrar o sesquicentenário da cidade: a criação de um museu, um arquivo ou uma sala de memória. Esse espaço inicial seria o ponto de partida para um projeto maior, oferecendo à comunidade e aos pesquisadores um lugar para conectar-se com o passado. A construção de um museu não é apenas sobre o resgate de objetos, mas sobre a construção de um futuro onde a história de São Vicente do Sul seja valorizada e acessível a todos e por último a publicação de um livro sobre São Vicente do Sul para ser trabalhado em todas as escolas da cidade.

Palavras-chave: História; Memória; Preservação; Educação.

Abstract: This article addresses the critical importance of preserving the history of São Vicente do Sul, especially as its 150th anniversary approaches. The city's history is at risk of being lost due to a lack of records and the absence of a proper structure for their safekeeping. To reverse this situation, creating a municipal archive is crucial. This space would not only organize and preserve historical documents, photos, and other materials but also serve as a foundation for research and publications. Neglecting these records compromises the collective memory and sense of community identity. Beyond the material aspect, it is essential to develop heritage education. Raising awareness among the population, starting in schools, about the value of their cultural heritage fosters a sense of belonging and responsibility. This care for local history is the first step toward ensuring its long-term preservation. Finally, the article proposes an ambitious project to celebrate the city's sesquicentennial: the creation of a museum or a memory room. This initial space would be the starting point for a larger project, offering the community and researchers a place to connect with the past. Building a museum is not just about rescuing objects; it's about building a future where the history of São Vicente do Sul is valued and accessible to everyone. The article also suggests publishing a book about São Vicente do Sul to be used in all city schools.

Keywords: History; Memory; Preservation; Education.

INTRODUÇÃO

Primeiramente, o Rio Grande do Sul – dada sua vasta história – é o palco para a pequena e histórica cidade de São Vicente do Sul. Localizada no coração do estado, a história do município se entrelaça com a própria formação da região: suas origens remontam à época na

¹ Aluna do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural - Mestrado Profissional da Universidade Federal de Santa Maria – Brasil, Rio Grande do Sul – Santa Maria. E-mail: gislainehartmann@yahoo.com.br

qual pertencia à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Inicialmente, suas terras faziam parte do vasto território de Rio Pardo, um dos municípios mais antigas da província. Com o tempo e a redefinição de fronteiras, passou a integrar a municipalidade de São Gabriel.

A trajetória de seu nome reflete as mudanças e a evolução política da área: o primeiro nome oficial foi São Vicente, e, posteriormente, em homenagem a Getúlio Vargas, a cidade foi rebatizada como General Vargas. Por fim, retornando às suas raízes, o município reassumiu o nome de São Vicente do Sul – com o acréscimo do “Sul”, diferenciando-a da cidade homônima em São Paulo, consolidando sua identidade no cenário sul-rio-grandense.

A metodologia da presente pesquisa consiste no levantamento documental junto aos Arquivos Públicos de São Gabriel e ao Memorial Legislativo em Porto Alegre, complementado pelo reduzido acervo disponível na Câmara Municipal de São Vicente do Sul. O trabalho visa articular a preservação, a conscientização e a conservação do patrimônio arquitetônico e cultural local (casarões, monumentos e pontos turísticos), assegurando a continuidade da memória e a sua disponibilidade para as gerações futuras.

SÃO VICENTE DO SUL E SUA HISTÓRIA

É preciso compreender alguns conceitos, para então entender a importância da preservação e porque é fundamental trabalhar conceitos de Educação Patrimonial em todos os lugares possíveis, começando pelas escolas. A educação patrimonial constitui-se como uma ferramenta fundamental para potencializar a consciência crítica sobre a importância da preservação da memória coletiva. Preservar a história é preservar identidades, tradições e modos de vida que definem a trajetória de uma comunidade. Arquivos, registros e até mesmo museus, mesmo simples, são pontos de conexão entre o passado e o presente, garantindo às futuras gerações acesso às suas raízes culturais.

No caso de São Vicente do Sul – próxima de celebrar seus 150 anos de história – torna-se urgente refletir sobre a necessidade de valorizar e proteger os elementos que compõem sua memória. A perda de documentos, relatos e símbolos locais, muitas vezes causada pela ausência de conhecimento e de um verdadeiro sentimento de pertencimento, ameaça o patrimônio histórico-cultural da cidade. Assim, a educação patrimonial surge como caminho essencial para reverter esse quadro, estimulando a preservação, o respeito e o reconhecimento do legado local. A educação patrimonial é um instrumento pedagógico e cidadão importante, com intuito de aproximar as pessoas do seu patrimônio cultural, das suas raízes, da sua história. Ela desenvolve o senso de pertencimento e identidade, ajuda a estimular a preservação crítica,

participativa e consciente dos bens culturais de uma cidade, de uma sociedade. Principalmente: ajuda a formar sujeitos ativos na construção da memória coletiva e na valorização da diversidade cultural municipal e brasileira. De acordo com as autoras Horta, Grunberg e Monteriro (1999), Educação Patrimonial consiste em um processo permanente e sistemático, centrado no Patrimônio Cultural enquanto uma fonte primária não só de conhecimento, mas de enriquecimento individual/coletivo, cuja metodologia se aplica a:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 6).

É deveras importante a compreensão da educação patrimonial como instrumento para fortalecer o vínculo entre a sociedade e seu patrimônio cultural. Portanto, esta deve ser valorizada, preservada e apropriada criticamente pelos indivíduos e pela coletividade, especialmente por meio de práticas educativas promotoras de cidadania e pertencimento social. Assim, falar de educação patrimonial é reconhecer o patrimônio como legado do passado, mas também enquanto uma construção coletiva e viva, a qual exige conhecimento, respeito e participação social para sua preservação e continuidade. Patrimônio *é lugar de memória*: essa memória faz parte da vida, é um campo que possibilita vivenciar experiências e aprendizagens.

Os próprios processos de aprendizagem não são automáticos, e atividades pedagógicas envolvendo processos de ensino mediados pela tecnologia podem não ser tão prazerosas como a experiência vivenciada. Por isso, essa aprendizagem recai sobre o patrimônio cultural. É essencial, assim, constantemente associar os elementos culturais e o dia a dia, como elaboração de emblemas e transmissão de significados.

Não se trata, portanto, de pretender imobilizar, em um tempo presente, um bem, um legado, uma tradição de nossa cultura, cujo suposto valor seja justamente a sua condição de ser anacrônico com o que se cria e o que se pensa e viva agora, ali onde aquilo está ou existe. Trata-se de buscar, na qualidade de uma sempre presente e diversa releitura daquilo que é tradicional, o feixe de relações que ele estabelece com a vida social e simbólica das pessoas de agora. O feixe de significados que a sua presença significante provoca e desafia (Brandão, 1996, p. 51).

Outro aspecto crucial é a compreensão do conceito de educação patrimonial e de seus diversos desafios, seja na esfera social ou política. E quando falamos em educação e

preservação, devemos considerar a sociedade heterogênea na qual estamos inseridos. Conforme Eunice Durham, nos cadernos temáticos de Educação Patrimonial:

Devemos partir, por conseguinte, da constatação da existência, em nossa sociedade, de uma heterogeneidade cultural produzida por uma diferenciação das condições de existência, que se prende à estrutura de classe e resulta da reprodução de um modo de produção. Mas deve-se considerar também que esta diversidade está permeada, por sua vez, por distinções regionais associadas às peculiaridades de recursos naturais e a condições demográficas e históricas particulares que lhe dão conteúdos e formas específicas (Durham, 2004, p. 32).

De fato, projetos voltados à preservação patrimonial enfrentam uma escassez de apoio e recursos. Vivemos em uma sociedade estratificada onde, em muitas camadas: a conscientização e o entendimento sobre a importância da preservação cultural e histórica permanecem restritos a um pequeno círculo de especialistas, resultando em pouca atenção e investimento efetivo na conservação dos legados. Essa realidade de indiferença ou desconhecimento acentua a urgência de iniciativas que não apenas documentem, mas também promovam o pertencimento e o desenvolvimento sustentável a partir do local e do singular.

É nesse contexto de desafios e da busca por novas estratégias de valorização territorial que se insere o Projeto Geoparque Raízes de Pedra, no Rio Grande do Sul: essa iniciativa representa um passo fundamental para transformar a percepção de valor sobre o patrimônio. Um Geoparque, conforme a chancela da UNESCO, não é apenas uma área de beleza cênica, mas um território unificado onde sítios e paisagens de relevância geológica internacional são geridos por meio de um conceito holístico, integrando proteção, educação e desenvolvimento sustentável.

O Projeto Geoparque Raízes de Pedra busca articular os patrimônios geológico, biológico e cultural de seus municípios integrantes (como Jaguari, Mata, São Pedro do Sul, São Vicente, São Francisco de Assis, Nova Esperança, Toropi e Santiago). A proposta é utilizar o geoturismo e a educação patrimonial como vetores para impulsionar a economia local, potencializar o sentimento de identidade e, crucialmente, garantir que a história inscrita nas paisagens, rochas e edificações seja preservada.

Os geoparques contribuem significativamente para a educação patrimonial nas escolas de diversas maneiras. No contexto real para o aprendizado, por exemplo, ao invés de aprender apenas em livros, os alunos podem visitar geossítios e sítios arqueológicos e culturais, vivenciando de perto os processos geológicos, a evolução da vida e as ocupações humanas ao longo do tempo. Isso torna o aprendizado mais concreto e significativo. Eles também começam a valorizar o patrimônio local. Trabalha-se, também, a interdisciplinaridade pois a abordagem

dos geoparques é naturalmente interdisciplinar: eles conectam geologia, biologia, história, geografia, sociologia e artes, por exemplo, permitindo aos alunos compreenderem complexas inter-relações entre o ambiente natural e as atividades humanas. Isso se alinha à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual incentiva a abordagem integrada de diferentes áreas do conhecimento. Também há o desenvolvimento de pensamento crítico, cidadania e sustentabilidade.

Os geoparques são mais do que apenas áreas protegidas, pois são catalisadores para o senso de pertencimento dos cidadãos e para o cuidado com o patrimônio. Essa é, talvez, uma de suas características mais profundas e transformadoras. Abaixo, consta um mapa de localização do geoparque aqui discutido.

Imagem 1 – Localização das cidades do Geoparque Raízes de Pedra.



Fonte: Blog Nossa Gente Assisense².

Um geoparque atua como representação da comunidade local, mostrando a ela sua própria riqueza e a singularidade do seu território. Ao destacar o patrimônio geológico, cultural e natural, o geoparque cria uma narrativa envolvente sobre o local onde as pessoas vivem,

² MAIER, Gilnei; OLIVEIRA, Jeremias. **Geoparque Raízes de Pedra**. Nossa Gente Assisense, 23 jun. 2022. Disponível em: <https://assisenses.blogspot.com/2022/06/geoparque-raizes-de-pedra.html>. Acesso em: 22 abr. 2026.

conectando-as com sua história com a terra, pois revelam eras geológicas, estão relacionadas às raízes culturais e históricas e principalmente à identidade local e ao senso pertencimento.

Este senso leva diretamente a um maior cuidado e responsabilidade com o patrimônio. Quando os cidadãos se identificam com o seu território e compreendem seu valor, se tornam guardiões de seu patrimônio. Promovem a conscientização e valorização através da educação e das atividades promovidas pelos geoparques, no tocante ao valor dos geossítios e de outros elementos patrimoniais.

Desta forma, a história de uma cidade não é apenas um conjunto de datas e eventos: representa uma comunidade íntima, forjada tanto por documentos, fotografias, relatos e, sobretudo, pela arquitetura que testemunhou o tempo. Em São Vicente do Sul, a ausência de um arquivo municipal coloca toda uma herança em perigo, transformando a preservação da memória em um desafio constante.

Um arquivo municipal é mais do que um depósito de papéis antigos: é lugar oficial do patrimônio documental da cidade, onde a história se torna tangível e acessível. Nele, certidões de nascimento, registros de terras, atas de reuniões, plantas de prédios e fotografias se unem para formar um panorama completo da trajetória da comunidade. A perda de documentos, como já ocorreu em São Vicente do Sul, não é apenas um inconveniente logístico: é uma lacuna na memória coletiva, um pedaço do passado que se desintegra, dificultando a pesquisa, o estudo e o reconhecimento da identidade coletiva.

A falta de um arquivo também se reflete na paisagem urbana. Sem um registro histórico acessível e valorizado, a importância de edifícios antigos se esvai aos olhos da população. A falta de conhecimento sobre o valor histórico e arquitetônico dessas construções muitas vezes leva à sua demolição para dar lugar a projetos modernos. Cada casa antiga derrubada é a perda de uma peça-chave no quebra-cabeça da história local. Um arquivo, por outro lado, poderia catalogar e documentar esses edifícios, tornando-os parte de um patrimônio a ser protegido. Ao conscientizar a população sobre a história por trás de cada fachada e cada rua, o arquivo se torna uma ferramenta poderosa para a educação patrimonial, incentivando o respeito e a valorização das construções históricas, para que sejam vistas como legado, não como obstáculo ao progresso. Abaixo, uma amostra do quanto se faz necessário essa preservação.

Imagem 2 – ao fundo: correio, antigo cinema e um casarão.



Fonte: arquivo da autora.

Imagem 3 – mesmo local da cidade, hoje.



Fonte: arquivo da autora.

As fotos acima são uma demonstração do supracitado, em uma das quadras próximas à praça principal. Desta forma, a criação de um arquivo municipal em São Vicente do Sul é um passo urgente e essencial. Ele não apenas organizaria e protegeria os registros existentes, mas também seria uma fonte de conhecimento e um catalisador para a conscientização. Ao valorizar a memória documentada, a cidade pode fortalecer o seu senso de identidade e garantir que a história de seu povo, de suas instituições e de seus edifícios seja preservada para as futuras gerações.

A história de São Vicente do Sul é dotada de transformação, de uma simples aglomeração de pessoas para um município com uma identidade própria e rica. Para que essa história não se perca no tempo, é fundamental a criação de um museu, arquivo ou de uma sala

de memória, por exemplo. Esse espaço se torna o guardião e o narrador das diversas fases que a cidade atravessou, dando vida e tangibilidade à memória local.

Um lugar dedicado a contar essa trajetória é essencial para mostrar como a cidade se desenvolveu de um aldeamento, no qual a vida era moldada pelas relações com os povos originários, para uma Redução de São José, uma fase de organização e colonização. O museu seria o ponto onde poderíamos ver, através de documentos e artefatos, como a comunidade se tornou uma vila, e em seguida uma freguesia, etapas cruciais evidenciando o crescimento demográfico e a organização eclesiástica e civil, historicamente. Abaixo, constam bens feitos pelos povos originários, pertencentes a acervos particulares.

Imagem 4 – imagens de Santos, esculpida por indígenas.



Fonte: Maria Beatriz Deon.

Cada uma dessas transições carrega consigo histórias de luta, de prosperidade e de mudanças. A elevação a município em 1876 não foi apenas um ato burocrático, mas a culminação de décadas de desenvolvimento e a prova de que a comunidade havia alcançado maturidade suficiente para governar-se. A importância de um museu é justamente documentar e celebrar cada um desses passos. É nesse espaço que as futuras gerações de vicentenses poderão entender a profundidade de suas raízes. O museu permite que a história não seja apenas contada, mas sentida, ao exibir objetos dos primeiros moradores, mapas da antiga geografia da cidade e fotos dos rostos de seus fundadores. É o lugar onde a história de São Vicente do Sul se torna uma fonte de orgulho e um lembrete contínuo de uma trajetória múltipla.

A literatura cultural é crucial para entender as várias expressões humanas, ao tratar de tradições, convicções, hábitos e identidades que caracterizam grupos sociais e suas interações com o mundo. Quando investigamos as narrativas relacionadas ao patrimônio imaterial de diversas culturas, este conhecimento amplia a compreensão de como as sociedades se

desenvolvem e se relacionam. Por outro lado, a interdisciplinaridade amplia uma discussão ao unir diversos saberes, como antropologia, história, sociologia e filosofia, pois pode possibilitar uma análise mais profunda e variada da cultura. Esta visão não só oferece um entendimento mais completo, mas também abre caminho para novas interpretações, conectando diversos campos do saber e revelando suas influências mútuas.

Entende-se por cultura todas as ações por meio das quais os povos expressam suas “formas de criar, fazer e viver” (Constituição Federal de 1988, art. 216), englobando tanto a linguagem com que as pessoas se comunicam, contam suas histórias, fazem seus poemas, quanto a forma como constroem suas casas, preparam seus alimentos, rezam, fazem festas. Enfim, suas crenças, suas visões de mundo, seus saberes e fazeres. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico de transmissão, de geração a geração, de práticas, sentidos e valores, criados e recriados no presente, na busca de soluções para os pequenos e grandes problemas humanos ao longo do tempo.

Valorizar a nossa cultura e as nossas raízes é sem dúvida assegurar a nossos descendentes um vínculo com suas origens, identidades e tradições. Cultura é uma manifestação, um pilar essencial para a construção do indivíduo e da comunidade. E o patrimônio imaterial, formado por conhecimentos, práticas, rituais, crenças e expressões populares, simboliza essa herança coletiva de uma nação ou mesmo de um município como São Vicente, passada de forma intergeracional.

É nessa seara que se dá a importância de escrever um livro sobre educação patrimonial, de preservação, sobre a falta de um arquivo municipal e da vontade de um projeto de concretizar um museu. É importante, antes da perda de documentos existentes, escrever a história de São Vicente do Sul – pesquisa sobre a qual me dedico desde 2013. É na escola que se percebe a dificuldade e a falta de conhecimento das suas origens por parte das pessoas. Acredita-se que este livro será importante para começar a instigar a curiosidade de saber de onde viemos, nossas origens. Na pesquisa para a elaboração desse material, deparei-me com a falta de lugar para pesquisa, de arquivos, de fontes confiáveis e, sobretudo, com a necessidade de aproveitar as fontes orais através de entrevistas.

Escrever sobre a cidade de São Vicente do Sul – conhecida como a terra mais doce do Centro-Oeste –, minha casa, é mais do que contar histórias: é abrir o coração para revelar como cada canto, cada festa, cada narrativa, cada rua e cada momento se torna parte de quem somos. São Vicente do Sul é lugar de vivência, de memórias que moldam o nosso cotidiano e nutrem o nosso futuro. Esse projeto nasce, exatamente, do desejo de compartilhar o que torna este lugar

único, particular, com seus encontros e transformações, componentes da cidade e de todos que nela vivem.

Conhecer a história local e os pontos turísticos é fundamental para construir um senso de identidade e pertencimento. Ao explorar esses locais, como o Coreto, cartão postal da cidade, nos conectamos com o passado e com as memórias de quem viveu ali em outros tempos. O Coreto não é apenas uma construção, mas um local de encontros, de celebrações e de histórias que se entrelaçam. Conhecer a sua história, a sua arquitetura e a sua função ao longo do tempo nos permite valorizar a herança cultural de São Vicente do Sul.

Imagem 5 – Praça 15 de novembro em 1918 e igreja à esquerda.



Fonte: Costa (1922).

Imagem 6 – Praça Borges de Medeiros nos dias atuais e com seu novo nome.



Fonte: arquivo da autora.

Ao valorizar a nossa história e os nossos pontos turísticos, contribuímos para a preservação do patrimônio e incentivamos o turismo local. Além disso, essa valorização desperta o orgulho pela nossa cidade e nos motiva a cuidar da mesma. É um elo entre moradores

e suas raízes e impulsiona a construção de um futuro com base no respeito e no conhecimento do passado coletivo.

Imagem 7 – Praça Borges de Medeiros (1922).



Fonte: Não há fonte original – Redes sociais.

Imagem 8 – Igreja e pracinha (1980).



Fonte: Prefeitura Municipal.

Imagem 9 – Coreto e praça, atualmente (2025).



Fonte: Prefeitura Municipal (site oficial).

Já num momento final do texto, este está em consonância com o pensamento da professora e arquiteta Heloísa Helena Gonçalves da Costa, defensora de uma visão abrangente e dinâmica do patrimônio cultural. Em sua obra, ela expande a concepção de patrimônio cultural para além dos monumentos e obras de arte: o patrimônio é um processo social contínuo, onde as comunidades desempenham um papel central na atribuição de significado aos bens. Argumenta que o patrimônio não é algo estático, a ser simplesmente preservado em vitrines, mas sim um elemento vivo, que interage com a sociedade e é constantemente ressignificado.

A patrimonialização, partindo do patrimônio como processo, não é um ato único, mas uma construção de valor e significado, envolvendo a participação da comunidade. A relação entre material e imaterial para a pesquisadora não se dá de forma separada, pois um objeto material (como um edifício antigo ou um artefato indígena) só tem valor porque carrega consigo histórias, saberes e memórias, ou seja, elementos imateriais. O papel da memória coletiva, nesse cenário, é central na teoria de Heloísa Gonçalves da Costa, pois o patrimônio é a materialização de memórias coletivas, e sua preservação é essencial para a manutenção da identidade de um grupo social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo uma relação destes conceitos da pesquisadora com São Vicente do Sul temos em destaque a importância de documentos, fotografias, edifícios e artefatos como guardiões de histórias, tradições e memórias descrição da perda de um casarão antigo e a falta de um arquivo municipal são exemplos concretos de como a destruição de bens materiais leva à perda de narrativas e saberes. A menção aos artefatos indígenas, que poderiam estar em um museu, mas estão em casas particulares, reforça a ideia de que o objeto (a escultura de santo) está intrinsecamente ligado à história e ao saber local. Não podemos tratar o patrimônio material e imaterial separadamente. Um edifício não é apenas um prédio: é um "lugar de memória" que carrega histórias de vida, encontros e transformações sociais.

A passagem "falar de educação patrimonial é reconhecer que o patrimônio não é apenas um legado do passado, mas uma construção coletiva e viva" resume uma das ideias-chave de Heloísa Gonçalves da Costa. Ela argumenta que o patrimônio cultural só existe se for continuamente valorizado e ressignificado pela comunidade. Esse artigo defende justamente isso: o livro, o arquivo municipal e o museu são ferramentas para envolver a população nesse processo de apropriação e valorização. A educação patrimonial também um motor desse processo, como "um instrumento pedagógico e cidadão, que visa aproximar as pessoas do seu

patrimônio cultural". O patrimônio deve ser utilizado como fonte primária de conhecimento para despertar a consciência crítica e o senso de pertencimento. Ao ressaltar a importância de associar elementos culturais e o dia a dia, evidencia-se uma visão de patrimônio enquanto parte integrante da vida social.

Em essência, este texto sobre São Vicente do Sul é um manifesto prático das teorias de Heloísa Gonçalves da Costa. Ele demonstra, por meio de exemplos concretos, como a falta de cuidado com o patrimônio material (arquivos e edifícios) ameaça o patrimônio imaterial (histórias e identidade). O apelo pela criação de um museu, um arquivo municipal e um livro não é apenas um pedido de infraestrutura, mas um apelo à comunidade de São Vicente do Sul para que participe ativamente da construção e preservação de sua própria memória, transformando o passado em uma ferramenta viva para o futuro, tal como a pesquisadora defende.

Essa tarefa não admite postergação: a preservação do patrimônio local deve ser tratada com a máxima urgência, pois a destruição de bens materiais, como o casarão perdido, é uma perda irreversível de narrativas e saberes. Neste sentido, a integração de São Vicente do Sul ao Projeto Geoparque Raízes de Pedra emerge como um catalisador fundamental. A estrutura do Geoparque, ao promover a valorização integrada do patrimônio geológico, biológico e cultural em escala regional, oferece a plataforma ideal para solucionar os desafios aqui levantados. O projeto não só provê uma estrutura de rede para a conservação e a gestão dos bens, mas, crucialmente, institucionaliza a educação patrimonial como eixo de desenvolvimento. Ao vincular casarões, artefatos e narrativas ao amplo contexto do território, o Geoparque capacitará a comunidade a se apropriar ativamente de sua história, assegurando a preservação duradoura e a conscientização coletiva tão necessárias para São Vicente do Sul.

Em última análise, o sucesso de qualquer projeto de preservação, incluindo o Geoparque Raízes de Pedra, reside na revisão de conceitos ultrapassados que veem o patrimônio como uma mera despesa ou um resquício do passado. É imperativo que a população, os munícipes, líderes e instituições, compreendam e interiorizem o fato de os casarões, os artefatos e as paisagens não serem meros bens alheios, mas sim a materialização de sua própria história e identidade coletiva. A verdadeira e duradoura preservação só se concretizará quando for impulsionada pelo zelo ativo à cidade. Conscientizar é, portanto, transformar o olhar do indivíduo: é fazer com que cada cidadão se sinta o guardião responsável pela memória de São Vicente do Sul. Somente através dessa apropriação afetiva e cívica, o passado se tornará uma ferramenta viva de desenvolvimento, e o futuro um legado de orgulho compartilhado.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O difícil espelho**: limites e possibilidades de uma experiência de cultura e educação. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: de 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

CONY, Maria. **Folhas esparsas ao sopro do vento no verde esmeralda do pampa sulino**. São Vicente do Sul: [s. n.], 1992.

COSTA, Alfredo R. da. **O Rio Grande do Sul**: completo estudo sobre o Estado. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo Barcellos, Bertaso e Cia, 1922. (Obra histórica, descritiva e ilustrativa).

COSTA, Heloisa Helena Fernandes Gonçalves da. Museologia e patrimônio nas cidades contemporâneas: uma tese sobre gestão de cidades sob a ótica da preservação da cultura e da memória. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, p. 87-101, jan./abr. 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). Superintendência na Paraíba. **Educação patrimonial**: orientações ao professor. João Pessoa: IPHAN-PB, 2011. (Caderno Temático 1).

FONTES

CONGREGAÇÃO SÃO JOÃO. **Livro de atas registradas**: 26 ago. 1950 a 5 jan. 1996. [S. l.: s. n.], 1996.